

# LETRAS DE HOJE

N.º 16

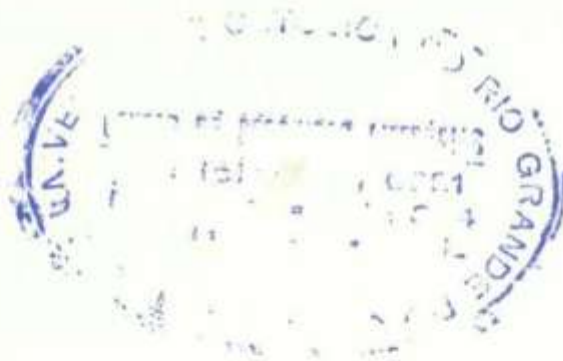
JUNHO DE 1974

Cr\$ 20,00

**estudo e debate  
de assuntos de  
lingüística, literatura  
e língua portuguesa**

LETRAS DE HOJE já editou 15 números. O preço da assinatura — 4 números anuais — é de Cr\$ 60,00 para o Brasil, \$US 15 para o Exterior. Números avulsos a Cr\$ 20,00. Os pagamentos devem ser feitos por cheque bancário ou através de vale postal em favor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

A redação aceita contribuições de sua especialidade, comprometendo-se informar aos autores as possibilidades de sua publicação



LETRAS DE HOJE publicará nos próximos números artigos de Julien Greimas, Jean Peytard, Henri Mitterand, Thomas Aron, Jacques Dubois.

**REDATORES RESPONSÁVEIS**

IR. ELVO CLEMENTE  
DR. WILSON C. GUARANY

**REVISOR**

PROF. NORMELIO ZANOTTO, MARIA LUIZA REMÉDIOS,  
CORA RODRIGUES, ALEDIR BRISTOT, EDITH BARRETO

**CORRESPONDÊNCIA**

PROFA. IONE M. G. BENTZ

LETRAS DE HOJE aceita trocas  
On demande l'échange  
We ask for exchange

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA E LETRAS  
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
EM CONVÊNIO COM O CONSELHO FEDERAL DE CULTURA  
AV. IPIRANGA, 6681 — Caixa Postal 1429 — PORTO ALEGRE

**TEMÁTICA**

- Um Problema de Semiótica Narrativa: Os Objetos de valor  
(I parte) pág. 7  
JULIEN GREIMAS
- Objetos e Lugares no Teatro de Ionesco pág. 19  
RAIMOND ALONSO
- Introdução a uma Teoria da Literatura pág. 23  
GILBERTO M. TELES

**VARIA**

- A Lingüística e o Ensino da Composição pág. 35  
AUGOSTINUS STAUB
- Para onde vai o Ensino da Língua Portuguesa pág. 55  
IR. ELVO CLEMENTE
- O Poeta faz-se aos Dez Anos pág. 59  
NELLY NOVAES COELHO
- O Conflito de Vênus e de Baco em Os Lusíadas pág. 63  
LUIZ PIVA
- A PÓS-GRADUAÇÃO E A PESQUISA CIENTÍFICA pág. 71  
WILSON C. GUARANY

**POÉTICA**

- Seis Poemas Inéditos pág. 75  
JOSÉ SARMENTO
- Transeunte pág. 77  
ALEDIR BRISTOT
- Ressureição pág. 79  
AMALINE ISSA

**RECENSÕES**

- Lautréamont e a Crítica pág. 85  
JOÃO DÉCIO
- Propedêntica Lingüística pág. 91  
WILSON C. GUARANY

## UM PROBLEMA DE SEMIÓTICA NARRATIVA: OS OBJETOS DE VALOR (\*)

### I. O Estatuto Semiótico do Valor I.1. Os Valores Culturais.

Escolher como corpus de referência o universo dos contos maravilhosos constitui uma espécie de garantia quanto à universalidade das formas narrativas que se pode nele reconhecer. Isso acontece, por exemplo, com uma classe particular de atuantes figurativos tradicionalmente conhecidos sob a denominação de **objetos mágicos**: uma vez colocados à disposição do herói ou do anti-herói, eles o ajudam de diferentes maneiras e, às vezes, se lhes substituem na procura dos valores. Indo, com freqüência — mas não necessariamente — em disposição ternária, estes objetos se apresentam, por exemplo, em ordem dispersa, como:

- uma bolsa que se autopreenche
- um barrete que transporta para longe
- um chifre ou um apito que fornece soldados.

(\*) Este texto foi extraído de uma obra sobre a SEMIÓTICA NARRATIVA, em preparação. Estamos apresentando nesse número de LETRAS DE HOJE a primeira parte.

GEORGES DUMÉZIL, após ter estudado mais particularmente o tipo 563 da classificação d'AARNE — THOMPSON (1), chega à conclusão de que esses talismãs, como os denomina, se submetem facilmente à classificação do esquema já testado da tripartição funcional da Ideologia Indo-européia.

---

(1) Mythe et épopée, Paris, 1968, pp. 541-542.



Os objetos mágicos não seriam, nesta perspectiva, senão formas *degradadas* e figurativas das principais esferas da soberania divina ou, o que dá no mesmo, dos atributos essenciais da competência humana, instaurando, justificando e tornando possível, ao nível do Imaginário, o fazer do homem.

Sem entrar por ora no exame detalhado das diferentes prestações fornecidas pelos objetos mágicos, sem se interrogar também sobre a legitimidade da ultrapassagem da área indo-européia e da generalização dos resultados obtidos para o conjunto dos fatos narrativos, pode-se observar, como relevante de uma evidência ingênua, uma primeira distinção que permite dividir esses objetos em duas classes, segundo forneçam *bens* ou *serviços*. Se compreendermos por serviços as virtudes dos objetos que dispensam o herói da posse das qualidades das quais teria necessidade para realizar seus altos feitos — o dom do deslocamento imediato e ilimitado que fornece o tapete voador, o dom da indivisibilidade e da onisciência que se adquire se penteando com um barrete particular ou o poder de abater seus inimigos dando instruções a um bastão mágico — pode-se facilmente considerar os objetos pertencentes a essa classe como adjuvantes modais nos quais as esferas de competência correspondem às duas primeiras funções da soberania.

Os objetos mágicos que fornecem os bens aparecem por sua vez, e talvez ainda com maior nitidez, como os representantes "degradados" da terceira função dumeziliana, como os mediadores entre um destinador místico e o homem ao qual os bens são destinados: o objeto mágico, uma cabaça, por exemplo, não é um bem em si, mas um fornecedor de bens, é somente no seu preenchimento que ele oferece alimentação abundante.

É inútil e impossível proceder à classificação dos objetos mágicos fornecedores de bens: uma tal classificação diz respeito à análise semântica cujos resultados aparecem sob a forma de uma tipologia apresentando um certo número de constantes correspondendo às necessidades elementares do homem e tantas variáveis dando conta das relatividades sócio-culturais. Ao nível da literatura étnica, pode-se assim distinguir, por um lado, os *bens consumíveis* (= alimentações abundantes) e de outro, os *bens tesaurizáveis* (riquezas, ouro). Outras oposições aparecem como consequência de exames mais detidos, assim é com a repartição dos adjuvantes segundo os modos de produção:

frutos da *colheita* VS frutos da agricultura (2) ou segundo o instrumental usado por ocasião da produção:

uma faca de caçadores VS um enxado de agricultores (3)

Que os objetos mágicos sejam substituídos neste papel de fornecedores pelos animais que prestam socorro (*secourables*) (4) não modifica nada neste inventário relativamente simples e estável dos valores desejáveis. Somente a extensão do corpo englobando narrativas cada vez mais

(2) C. Calame — Créaule, citado por Denise Paulme, *Alliés animaux*, p. 102.

(3) D. Paulme, *Échanges successifs*, in *Alliés animaux* p. 137.

(4) cf. o tipo 554 de Aarne — Thompson, estudado por D. Paulme, in *Alliés animaux*.

complexas permitiria levantar o inventário senão exaustivo, pelo menos representativo dos valores elementares: amor, saúde, beleza, fecundidade, postos pelos indo-europeus sob a proteção das divindades da terceira função.

## 1.2. Objeto e Valor.

Enquanto se fala de objetos de carência ou de desejo, como, por exemplo, a alimentação ou o ouro, se referindo exclusivamente às narrativas folclóricas, tem-se tendência a confundir as noções de *objeto* e de *valor*: a forma figurativa do objeto cauciona sua realidade e o valor aí se identifica com o objeto desejado. As coisas, mesmo neste nível, não são, em verdade, tão simples. Assim que alguém, por exemplo, se apresenta como comprador, em nossa sociedade de hoje, de um automóvel, não é, talvez, tanto a viatura enquanto objeto que se quer adquirir, mas sobretudo um meio de locomoção rápido, substituto moderno do tapete voador de outrora; o que se compra, com frequência, é também um pouco prestígio social ou um sentimento de potência mais íntima. Assim, o objeto visado nada mais é que um pretexto, que propriamente um lugar de investimento dos valores, um alhures que mediatiza a relação do sujeito a si mesmo.

O problema assim enfocado não diz respeito exclusivamente à psicologia, mas concerne também à lexicografia preocupada em fornecer uma definição apropriada aos lexemas de seu dicionário, constitui uma condição para a análise semântica tomando toda descrição exaustiva aleatória. É evidente, por exemplo, que a definição do lexema automóvel que se queira exaustiva deverá compreender:

a) não somente um componente *configurativo*, decompondo o objeto em suas partes constitutivas e o recompondo como uma forma,

b) e um componente *tático* (*taxique*) dando conta airavés de seus traços diferenciais de seu estatuto de objeto entre os outros objetos manufaturados,

c) mas também seu componente *funcional* tanto prático quanto míticos (*prestígio, potência, evasão, etc.*).

O lexema que é um objeto lingüístico aparece assim como um conjunto de virtualidades, conjunto cuja organização interna — caso exista uma — não é jamais evidente, virtualidade cujas realizações eventuais não se encontram estabelecidas senão graças aos percursos sintáticos que se estabelecem na manifestação discursiva.

A colocação em evidência desse caráter indefinível do lexema não faz mais que se juntar às nossas preocupações anteriores (5) quando, nos In-

(5) *Sémantique Structurale*, cap. III. La Structure Élémentaire de la signification.



terrogando sobre as condições de aparição da significação, fomos levados a postular que:

a) todo objeto não é conheável senão pelas suas determinações e não em si;

b) suas determinações não poderiam ser apreendidas senão como diferenças que se perfilam sobre o objeto, esse caráter diferencial lhes confere o estatuto de valor lingüístico;

c) o objeto, embora permanecendo desconhecido enquanto tal, era não obstante pressuposto, como uma espécie de suporte, pela existência dos valores.

Utilizando uma metáfora lógica, poder-se-ia dizer que o objeto é comparável ao conceito do qual não se pode manipular senão a compreensão, ficando entendido que essa é somente constituída por valores diferenciais. O objeto aparece assim como um espaço de fixação como um lugar de reunião ocorrencial de determinações-valor.

Falar de objetos em si não tem, portanto, sentido, e mesmo o tratamento taxinômico de uma classe de objetos — tal como a organização do campo dos assentos popularizado por Bernard Pottier não opera senão com as categorias sêmicas, isto é, exclusivamente com os valores: permanece sempre uma distância entre a coluna (paquet) de semas que organizam metalingüisticamente a representação de *poltrona* e o lexema terminal *poltrona*. Somente o emprego da sintaxe pode dar conta da junção do objeto e dos valores que aí se encontram investidos. Tomando a sintaxe naquilo que a caracteriza, isto é, na representação imaginária, mas também a única maneira de imaginar a apreensão do sentido e a manipulação das significações, pode-se compreender que o objeto é um conceito sintático, um termo limítrofe de nossa relação com o mundo, mas ao mesmo tempo um dos termos do enunciado elementar que é um simulacro semiótico representando, sob a forma de um espetáculo, esta relação com o mundo. Não obstante, a apreensão do sentido, já se viu, não encontra em seu caminho senão valores que determinam o objeto e não o objeto em si mesmo: desde então o lexema que se erige em aparência enganosa no lugar indicado para o objeto, não é legível senão em alguns de seus valores.

É no desenvolvimento sintagmático que a sintaxe se reúne à semântica: o objeto sintático nada mais é que o projeto do sujeito e não pode ser reconhecido senão por um (ou vários) valores semânticos que o manifestam. O reconhecimento de um valor permite, portanto, a pressuposição do objeto enquanto lugar sintático de sua manifestação. A enunciação produzindo um enunciado faz surgir um valor manifestando e determinando um objeto e isso independente do modo de lexicalização do valor em si mesmo.

### 1.3. — Sujeito e Valor.

Até o presente utilizamos o termo valor somente em sua acepção lingüística como um termo arbitrariamente denominado recobrando uma estrutura semântica indizível e que não pode ser definida senão negativamente, como um campo de exclusão em relação ao que não é fixado, todavia, em um lugar sintático nomeado objeto. Contudo uma tal definição do valor que a torna apreciável em semiótica não está muito longe de sua interpretação axiológica, quando não porque, fixada nesse lugar denominado objeto e presente para o manifestar, o valor se encontra em relação com o sujeito. Com efeito, na medida em que o enunciado elementar pode-se definir como relação orientada engendrando seus dois termos limítrofes: o sujeito e o objeto, o valor que se investe no objeto visado semantiza de certa forma o enunciado por inteiro e se torna de imediato o valor do sujeito que a encontra visando ao objeto, e o sujeito se encontra determinado em sua existência semântica pela sua relação ao valor. Será suficiente, portanto, em uma etapa ulterior, dotar o sujeito de um valor-ser a fim de que o valor do sujeito, no sentido semiótico, se transforme em valor para o sujeito, no sentido axiológico deste termo.

Um problema prático se encontra assim provisoriamente resolvido: em um universo semântico qualquer, repleto de inumáveis objetos potenciais que são os lexemas, só contarão e serão tomados em consideração os lexemas que poderão ser escritos no eixo sintático

sujeito ————— > objeto

porque somente a rede sintática subjacente é suscetível de selecionar os lexemas para daí extrair os valores, transformando ao mesmo tempo a manifestação logomáulca em uma organização discursiva do sentido.

### 1.4. — Valores Objetivos e Valores Subjetivos.

Estas precisões trazidas ao estatuto do valor — que somente se torna legível uma vez inscrito na estrutura sintática — devem ser completadas por um rápido exame das relações que se podem conceber entre a sintaxe semiótica e suas diferentes manifestações nas línguas naturais.

Retornemos à procura de um ponto de partida, à fonte habitual de nossa inspiração que é o folclore. Já vimos que a procura e a aquisição de riquezas é no folclore um dos temas favoritos e quase universais. As riquezas podem ser apresentadas nas narrativas de diferentes maneiras e inicialmente sob a forma figurativa, como, por exemplo:

(1) *João possui um pote cheio de escudos de ouro*

A análise de um tal "fato" semiótico permite interpretar o estatuto do objeto em três níveis diferentes:



Mas a figuratividade não é nada mais que um dos modos da manifestação dentre vários outros e a possessão das riquezas pode ser reproduzida em uma língua natural como o francês através de um enunciado lingüístico do tipo:

(2) **João tem uma grande fortuna**

Onde se reconhecem os dois primeiros níveis idênticos aos do exemplo (1), enquanto, que:

**Modo de manifestação: Ator: objeto não figurativo grande fortuna**

Um terceiro modo de manifestação aparece enfim com os enunciados lingüísticos do tipo:

(3) **João é rico**

Onde se reconhece facilmente a presença do valor riqueza que, como dissemos antes, pressupõe necessariamente a do objeto sintático, mas cujo modo de manifestação **atributivo** traz problemas.

Por diversas vezes (6), procuramos dar conta dessa dupla manifestação lingüística de um mesmo fato narrativo através da oposição dos verbos **avoir** (e seus para-sinônimos) VS **être** utilizados para traduzir a mesma função lógica de **conjunção** constitutiva dos enunciados de estado: embora considerando-os como realizando uma só e mesma função, procuramos aí ver uma fonte de diferenciação permitindo distinguir os valores **objetivos** (produzidos com a ajuda de enunciados com **avoir**) dos valores **subjetivos** (produzidos pelos enunciados com **être**), distinção que nos autorizaria a falar da **exteriorização** e da **interiorização** dos valores. Sem ser falsa, uma tal interpretação se situa ainda muito próximo das linguagens de manifestação (a distribuição do funcionamento de **avoir** e **être** pode ser diferente de uma língua a outra, outros meios de manifestação lingüística, os possessivos, por exemplo, podem perturbar a dicotomia postulada, etc.) não dando conta daquilo que justamente é próprio de toda manifestação discursiva, independentemente de tal ou tal língua natural utilizada: a forma atorial da manifestação dos atuantes.

Com efeito, se nos exemplos (1) e (2), aos dois atuantes: sujeito e objeto correspondiam cada vez dois atores manifestados: João e "pote cheio de escudos" / "grande fortuna", no caso do exemplo (3) os mesmos dois atuantes se manifestam no interior de um só ator João. Dito de outra forma, um só enunciado semiótico do tipo

(6) cf. ultimamente em *Elements d'une Grammaire Narrative*, in *Du Sens*, Seuil, Paris, 1970, p. 157.

pode ser postulado como subsumindo uma grande variedade de manifestações lingüísticas de uma mesma relação de conjunção entre o Sujeito e o Objeto, deixa prever ulteriormente uma tipologia estrutural da manifestação e, em seguida, regras de engendramento de enunciados correspondentes aos níveis gramaticais mais superficiais.

O reconhecimento do princípio de não-concomitância posicional dos atuantes **semióticos** e dos atores **discursivos** (que não devem, por sua vez, ser confundidos com os atuantes lingüísticos frásicos) e da distância que separa uns dos outros garante assim a autonomia da sintaxe narrativa e a instaura como uma instância organizadora e reguladora da manifestação discursiva. No caso que nos preocupa nesse momento, o **sincretismo** dos atuantes, se assim podemos nos expressar, do ponto de vista da estrutura atorial, a presença de dois ou diversos atuantes em um só ator discursivo, poderia ser interpretada no quadro geral da reflexividade.

Assim, falando sempre do mesmo João, pode-se dizer não somente que é rico, mas também que

(4) **João se tortura todo tempo**

A análise superficial desse enunciado lingüístico nos demonstra que no interior de um ator denominado João e considerado como um lugar em que se produzem acontecimentos sintáticos, João em sua qualidade de atuante sujeito, tortura o mesmo João tomado como o atuante objeto. Vê-se que o estatuto do que chamamos enunciado **refletido** se interpreta facilmente pela inscrição de um enunciado sintático qualquer no lugar chamado ator **sincrético**, e pouco importa que se trate de um enunciado **a fazer** (em caso de tortura) ou de um enunciado **de estado** (em que a riqueza pode se tornar uma qualificação tática e axiológica regendo um tipo de comportamentos previsíveis).

Se for assim, se vê que é o tipo das relações mantidas entre a estrutura atuacional e a estrutura atorial que determina, como casos — limites, ora a **organização** reflexiva dos universos individuais ora a **organização transitiva** dos universos culturais, e que uma mesma sintaxe é suscetível de dar conta tanto da **narrativização psico-semiótica** ("a vida interior") quanto da **narrativização sócio-semiótica** (mitologias e ideologias), a forma da **narratividade** mais freqüente sendo todavia uma forma mista, ao mesmo tempo **psico** e **sócio-semiótica** (correspondente ao conjunto das práticas Inter-individuais).

- II — O Estatuto Narrativo dos Valores.
- II — 1. A **narrativização** dos valores.



Quer se trate de nós mesmos que, imersos no universo semântico, nos encontramos envolvidos por uma infinidade de objetos semióticos suscetíveis de se revelar como valores ou quer se trate de nossos discursos que povoamos, segundo o procedimento de embreagem atuacional sujeitos em posse ou à procura de valores, — o esquema sintático elementar guia o sujeito e seleciona, tanto num caso como no outro, os valores em posição de objeto, chamando assim, por esta relação subentendida, os sujeitos e os objetos quaisquer a uma existência semiótica. Com efeito, só a inscrição do valor em um enunciado de estado cuja função estabelece a relação conjunta entre o sujeito e o objeto nos permite considerar esse sujeito e esse objeto como semioticamente existentes um pelo outro. Uma tal asserção, longe de ser uma fuga metafísica, persegue, ao contrário, um objetivo eminentemente prático: a) definindo a existência semiótica como uma relação estrutural, ela exclui de nossas considerações a problemática ontológica do sujeito e do objeto; b) formulando esta relação como constitutiva de um enunciado canônico de estado, ela fornece o quadro formal e os critérios de reconhecimento dos fatos semióticos pertinentes para toda análise.

O estatuto semiótico dos valores sendo assim estabelecido, pode-se conceber a narrativização como sua ação sintagmática, como uma organização discursiva que manipula os elementos constitutivos do enunciado canônico:

- a) seja operando substituições do sujeito,
- b) seja substituindo os objetos-valores uns pelos outros,
- c) seja procedendo a transformações da função.

Nossa reflexão sendo a procura das formas elementares da narratividade, nos é necessário abordar inicialmente os casos mais simples: também, considerando o sujeito e o objeto do enunciado de estado como constantes, examinaremos em primeiro lugar somente as transformações da função constitutiva do enunciado.

Ora, já definimos (7) essa função como uma função que, enquanto categoria sêmica, se articula em dois termos contraditórios:

Enunciados conjuntivos:  $S \cap O$   
 Enunciados disjuntivos:  $S \cup O$

ficando entendido que a passagem de um enunciado a outro não pode se fazer senão pela soma de um meta-sujeito operador, cujo estatuto formal somente se explicita no quadro de um enunciado de fazer de tipo:

(7) Num capítulo que precede esse.

conjunção e disjunção, dando assim lugar a dois tipos de enunciados de estado:

onde:

$S1$  é o sujeito operando a transformação e  
 $O1$  é o enunciado de estado ao qual chega a transformação.

Uma vez isso colocado, se compreenderá nossa definição provisória da narratividade que consiste em uma ou várias transformações cujos resultados são as junções, isto é, seja conjunções, seja disjunções dos sujeitos com os objetos.

Aplicando essas definições à sintagmatização dos valores, chamaremos **realização** a transformação que estabelece a conjunção entre o sujeito e o objeto:

$Real = F \text{ trans } [ S1 \longrightarrow O1 (S \cap O) ]$

Poder-se-á, a seguir, chamar **valor realizado** o valor investido no objeto no momento (= na posição sintática) onde esse se encontra em conjunção com o sujeito.

Ora, as relações de conjunção e disjunção sendo contraditórias, toda transformação baseada num estado de conjunção não pode senão produzir uma disjunção entre o sujeito e o objeto. A disjunção sendo a denegação da conjunção não é a abolição de toda relação entre os dois atuantes: de outra forma, a perda de toda relação entre sujeitos e objetos levaria à abolição da existência semiótica e reenviaria os objetos ao caos semântico original. A denegação mantém, portanto, o sujeito e o objeto em seu estatuto de sendos (étants) semióticos, conferindo um modo de existência diferente do estado conjuntivo. Diremos que a disjunção nada mais faz que virtualizar a relação entre o sujeito e o objeto, mantendo-a como uma possibilidade de conjunção.

Seja-nos permitido de imediato designar com o nome de **virtualização** a transformação que opera a disjunção entre o sujeito e o objeto e de considerar como **valor virtual** qualquer investida no objeto disjuncto do sujeito:

$Virt = F \text{ trans } [ S1 \longrightarrow O1 (S \cup O) ]$

A se considerar exclusivamente, por conseqüência, as transformações baseadas sobre as funções constitutivas de enunciados de estado, a narratividade, em sua forma simplificada ao extremo, aparece como um encaudamento sintagmático de virtualizações e de realizações. Sem esquecer o caráter arbitrário das denominações que acabamos de colocar, é preciso levar em conta o fato de que elas recobrem formas sintáticas definidas: isso nos permite utilizar uma terminologia de aparência metafórica, de fa-



lar do sujeito que, por ser **realizado**, deve inicialmente ser instaurado como **sujeito virtual** (8) em posseção de valores cuja **realização** anulará seu estatuto de valores virtuais, etc., sem que nosso discurso deixe de satisfazer às condições de cientificidade.

## II — 2. Origem e destinação dos valores.

O fato de considerar a narrativa como uma cadeia de virtualizações e de realizações de valores não deixa de colocar o problema de sua origem e destinação: de onde elas vêm no momento em que elas surgem pela primeira vez como valores virtuais para ser em seguida conjugadas com os sujeitos? onde desaparecem quando estão irremediavelmente disjuntas dos sujeitos que as possuem?

Encontrar e perder aparecem, à primeira vista, como formas extremas de conjunção e de disjunção gratuitas. Encontrar um objeto, equivale a apreendê-lo como valor vindo de parte alguma e estabelecer a relação primeira entre ele e o sujeito. Perder um objeto, por acidente, destruição ou esquecimento, não é somente se disjuntar dele, é abolir toda relação com ele, destruindo ao mesmo tempo o sujeito em seu estatuto de sendo (*étant*) semiótico.

E portanto, quando se procuram exemplos podendo ilustrar esses casos extremos de surgimento e desaparecimento de valores, se choca com ambiguidades embaraçantes. Maitre Hauchecorne encontra um pedaço de fio na célebre narrativa de MAUPASSANT. Mas a sociedade não deixa também de expô-lo, brevemente, à acusação: segundo sua lógica, com efeito encontrar pressupõe muito naturalmente perder que postula um sujeito de disjunção outra, o que equivale a negar a possibilidade da aparição *ex nihilo* dos valores. O leitor, por sua vez, que sabe se tratar sem dúvida de um fio "sem valor", não pode se impedir de invocar "a fatalidade" que a interpôs no caminho de Maitre Hauchecorne, postulando assim, sob a forma de um destinador não figurativo, a existência de um sujeito anterior ao outro. A cabaça que fornece uma alimentação abundante à família africana recentemente afamada se anula e se encontra definitivamente perdida? — A perda se explica pela transgressão de uma proibição e aparece como uma disjunção operada por um sujeito (outro) implícito, se posto como guardião da lei. Tudo se passa como se, no interior de um universo axiológico dado, os valores circulassem em vaso fechado e que as aparências de encontrar e perder recobrissem em realidade as conjunções e as disjunções absolutas através das quais esse universo imanente comunique com um universo transcendente, fonte e depositário dos valores fora do circuito.

(8) Por cuidado de simplificação, evitamos aqui toda problemática do sujeito, remetendo para mais adiante sua instauração como um querendo-se em relação ao objeto considerado como sendo-querido.

Encontrando, quando de sua análise das aventuras de Pinóquio, o problema do **tesouro escondido**, P. FABBRI propôs (9) uma interpretação sociológica: a sociedade agrícola toscana, como provavelmente todas as sociedades antárticas, concebe as riquezas como disponíveis em quantidade limitada, de tal modo que a uma sociedade fechada sobre si mesma corresponde um universo de valores fechado. A circulação das riquezas se faz aí em circuito fechado, e os percursos sintáticos dos valores se estabelecem de maneira a que a cada aquisição efetuada por um membro da sociedade corresponde necessariamente uma perda súbita por um outro membro. O mito da procura do tesouro escondido introduz, ao contrário, valores que não dizem mais respeito a esse universo fechado, e isso de um duplo ponto de vista:

a) aos bens considerados como resultado de um trabalho se opõem as riquezas encontradas, imerecidas, condenáveis e desejáveis ao mesmo tempo: em relação aos valores positivos, essas riquezas aparecem como antivalores ou **valores negativos** dizendo respeito a um anti-universo axiológico. A prova disso é que esses valores, uma vez realizados, no caso em certas regras de comportamento não teriam sido observados, pois a tomada de posseção, são suscetíveis de se transformar naquilo que elas são realmente, em excremento de cavalo, por exemplo, ou casca de bétula (*folciore lituano*):

b) esse tesouro é com frequência guardado e às vezes dado sob certas condições por um ser sobrenatural, não pertencente à sociedade de onde emerge o sujeito da procura. Guardião ou doador, esse personagem representa o papel de mediador entre o universo de valores transcendentais e o universo imanente ao qual novos valores são versados para ser postos em circulação.

Esse breve exame situado ao nível da literatura étnica, nos permite distinguir diversos casos de manipulação dos valores:

(1) o primeiro caso, o mais simples, concerne à circulação dos valores constantes (ou equivalentes) entre sujeitos iguais em um universo isotopo e fechado;

(2) o segundo caso traz o problema da entrada e da saída desses valores imanentes ao universo dado, pressupondo a existência de um universo de valores transcendentais que engloba e fecha o primeiro de tal forma que os sujeitos possuidores de valores imanentes aparecem como destinatários em relação aos destinatários-sujeitos concernindo ao universo transcendente;

(3) a esses primeiros casos que põem em questão a qualidade e o número de sujeitos envolvidos na manipulação dos valores se opõe uma problemática da transformação dos valores em si mesmos, isto é, do modo de organização dos valores em micro-universos polarizados permitindo determinar as relações existentes entre os valores positivos e os valores negativos e de prever sua narrativização sob a forma de valores postos e de valores invertidos.

(9) Trata-se de uma exposição feita nos quadros de nosso seminário.